O que está por trás do REDIMENSIONAMENTO de Matrículas?

SINTEP-MT
FILIADO À CUT E À CNTE

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação Brasil

CUT BRASIL

Internacional da Educação

C E A

FNPE Fórum Nacional Popular de Educação

EDUCAÇÃO PÚBLICA EU APOIO

“UNIDADE, RESISTENCIA E LUTA: PARA CONQUISTAR E DEFENDER DIREITOS”

Gestão 2018-2022

Direção Estadual SINTEP/MT

Valdeir Pereira
Presidente - (Sinop)
Miriam Ferreira Botelho
Secretária-geral – (Rosário D'Oeste)
Sidinei de Oliveira Cardoso
1° Secretaria - (Sinop)
Orlando Francisco
Secretaria de Finanças - (Cuiabá)
Edna Bernardo da Silva
1ª Secretaria de Finanças – (Cuiabá)
Gilmar Soares Ferreira
Secretaria de Comunicação - (Várzea Grande)
Edevaldo José dos Santos
Secretaria Adjunta de Comunicação – (Primavera do Leste)
Lucineia Goveia dos Anjos
Secretaria de Cultura – (São José do Rio Claro)
Margarida Aparecida de Gois
Secretaria Adjunta de Cultura – (Novo Horizonte do Norte)
Guelda Cristina de Oliveira Andrade
Secretaria de Políticas Educacionais - (Cuiabá)
Maria Luiza Bartmeyer Zanirato
Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais - (Cuiabá)
João Eudes Anunciação
Secretaria de Formação Sindical - (Rondonópolis)
César Augusto Guedes
Secretaria Adjunta de Formação Sindical – (Campo Novo do Parecis)
Edina Martins de Oliveira
Secretaria Adjunta de Articulação Sindical – (Colíder)
Henrique Lopes do Nascimento
Secretaria de Redes Municipais - (Alta Floresta)
Ana Lúcia Antônia da Silva
Secretaria Adjunta de Redes Municipais - (Ribeirão Cascalheira)
Alex Ferreira da Cruz
Secretaria de Funcionários (as) da Educação - (Luciara)
Klebis Marciano Rocha dos Santos
Secretaria Adjunta de Funcionários(as) da Educação – (Pedra Preta)
Maria Celma de Oliveira
Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos - (Rondonópolis)
Tânia Cristina Crivelin Jorra
Secretaria Adj. de Assuntos Jurídicos e Legislativos - (Lucas do Rio Verde)
Edson Evangelista dos Santos
Secretaria de Infraestrutura Sindical - (Cuiabá)
Catarina Francisca
Secretaria Adjunta de Infraestrutura Sindical - (Nobres)
Leliane Cristina Borges
Secretaria de Políticas Sociais - (Várzea Grande)
Maria Aparecida Arruda Cortez
Secretaria Adjunta de Políticas Sociais – (Várzea Grande)
Dirceu Blanski
Secretaria de Organização Sindical – (Alta Floresta)
Edna Mahnic
Secretaria Adjunta de organização Sindical - (Primavera do Leste)
Ziquidalto de Castro Rodrigues
Secretaria de Administração Sindical - (Rondonópolis)
Everson Rodrigo Tatto
Secretaria Adjunta de Administração Sindical – (Querência)
Angelina de Oliveira Costa
Secretaria de Seguridade Social – (Cáceres)
Francisca Alda Ferreira de Lima
Secretaria Adjunta de Seguridade Social – (Tangara da Serra)

Polos Regionais

Ricardo de Assis
Oeste I - Regional Baixada Cuiabana – (Poconé)
Edimilson José Ferreira
Oeste II - Regional Paraguai - Cabaçal - (Curvelândia)
Maurocir Silva
Oeste III - Regional Vale do Guaporé – (Campos de Júlio)
Fernando Alves da Silva
Nortão I - Regional Alto Teles Pires - (Peixoto de Azevedo)
Francisca Ilmarli Teixeira
Polo Sindical Nortão II - Regional Médio Teles Pires – (Alta Floresta)
Kleber Solera
Nortão III - Regional Vale do Teles Pires – (Sinop)
Rafael Vargas Nauer
Nortão IV - Regional Vale do Arinos – (Itanhangá)
Carlito Pereira da Rocha
Noroeste - Regional Vale do Juruena – (Juína)
Antônio Márcio Pinheiro Ramos
Médio Norte I - Regional Vale do Paraguai - (Nova Olímpia)
Moisés de Almeida e Silva
Médio Norte II - Regional Alto Paraguai – (Rosário Oeste)
Omar Cirino de Souza
Leste I - Regional Vale do Araguaia - (Barra do Garças)
Paulo Roberto Guimarães
Leste II - Regional Médio Araguaia – (Canarana)
Lucimeire Lázara da Silva Oliveira Ananias
Leste III - Regional Baixo Araguaia – (Confresa)
Bartolomeu Basili Belmonte
Sul I - Regional Serra da Petrovina - (Rondonópolis)
Doralice Vieira de Castro
Sul II - Regional Vale do São Lourenço - (Jaciara)

EXTINÇÃO DE CARGOS PROFISSIONAIS

FECHAMENTO DE ESCOLAS

DESLOCAMENTOS DE PROFISSIONAIS ENTRE CIDADES

DESEMPREGO

PRECARIZAÇÃO DO ENSINO

OFERTAS DE MATRÍCULAS DISTANTES DAS RESIDÊNCIAS

RODÍZIO DE PROFISSIONAIS EM VÁRIAS ESCOLAS

SUCATEAMENTO DA EDUCAÇÃO

SALAS SUPERLOTADAS

PRECARIZAÇÃO DA CARREIRA

DESCONTINUIDADE PEDAGÓGICA

NEGAÇÃO DE DIREITO À EDUCAÇÃO

O que está por trás do Redimensionamento de Matrículas?

O que é o redimensionamento de matrículas proposto pelo Decreto 723/2020 do governo Mauro Mendes?

O redimensionamento apresentado na política do governo Mauro Mendes transfere a responsabilidade da oferta de vagas da primeira etapa da Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), para os municípios. As escolas estaduais não ofertarão mais essas vagas, obrigando assim, que as prefeituras assumam essa responsabilidade e as despesas oriundas dessa demanda. Pelo Decreto 723/2020, até 2027, nenhuma escola da rede estadual irá ofertar vagas para os anos iniciais.

Medida semelhante ao que foi feito pelo governo, com a Educação infantil na década de 90, sob o nome de "polarização".

Porque o DECRETO 723/20 é arbitrário?

Não houve qualquer tipo de discussão do governo com a comunidade escolar (trabalhadores da educação, estudantes e pais ou responsáveis) sobre os impactos dessa medida na vida dos estudantes, na descontinuidade do ensino, na carreira dos profissionais, na vida das famílias ou na capacidade financeira dos municípios em assumir mais turmas. A decisão do governador Mauro Mendes foi impositiva e unilateral.

Quais os impactos do redimensionamento para os Trabalhadores da Educação?

Quando os municípios aceitam a imposição do governo estadual, o estado perde cerca de 3 mil pedagogos que atuam hoje na rede estadual de ensino. A perda dos postos de trabalho implica em problemas emocionais e realocação desses profissionais para funções as quais não têm formação para atuarem. Nas redes municipais, o risco é de precarização da carreira e até mesmo atraso de salários, já que a folha dos municípios irá "inchar" e muitas prefeituras não terão dinheiro para cumprir com suas obrigações financeiras.

Quais os principais prejuízos desse redimensionamento para **os estudantes?**

O ensino fundamental tem a duração de nove anos. A mudança imposta pelo governo vai provocar uma descontinuidade pedagógica para esse estudante, que terá o ciclo de aprendizagem dividido entre as redes municipal e estadual. Além disso, um outro agravante é a questão da precarização do ensino, uma vez que as prefeituras não terão aporte financeiro e nem de estrutura para manter essas novas turmas com qualidade. O resultado serão salas de aula superlotadas e déficit de aprendizagem.

O Redimensionamento vai **quebrar as prefeituras,** que não terão aporte financeiro para manter as novas turmas

A lógica de que mais estudantes, mais verba do Fundeb é verdadeira, porém existe uma armadilha na questão da transferência de recursos federais. Nas regras do Novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Pro-fissionais da Educação) o custo por aluno nos anos iniciais é inferior ao custo por aluno nos anos ¬finais. Desta forma, os municípios, que são, dentre os entes da federação, os que recebem a menor fatia na divisão dos impostos, ficarão responsáveis por atender uma quantidade maior de estudantes, e recebendo menos para cada uma dessas matrículas, em comparação com o estado que, tendo mais capacidade financeira, atenderá menos alunos e com uma verba maior para cada matrícula. No final, as contas fecharão. Os municípios não terão condições de arcar com as despesas, tampouco com a educação infantil, que é responsabilidade do município, e sequer atendem a sua totalidade.

Realidade de financiamento da educação municipal enfrenta limitações advindas da sistemática de arrecadação e destinação de recursos.

UNDIME

Fonte: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO ANO DE 2019

SINTEP-MT

TOTAIS NÚMERO ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL

ESTADO

ENSINO FUNDAMENTAL

ENSINO REGULAR + EDUCAÇÃO ESPECIAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TOTAL
	63.974	134.784	198.758

MUNICÍPIOS

ENSINO FUNDAMENTAL

ENSINO REGULAR + EDUCAÇÃO ESPECIAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TOTAL
	168.318	53.835	222.153

Base de dados: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2Fintegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Consulta%20Matr%C3%ADcula%2F_portal%2FConsulta%20Matr%C3%ADcula&Page=Consolidado%20por%20UF

Organizado pelo Sintep-MT com base nos dados do INEP

Como evitar que o redimensionamento precarize ainda mais a **Educação em Mato Grosso?**

1 **O PRIMEIRO PASSO** para evitar o caos que será provocado por esse redimensionamento de matrículas na rede pública é o esclarecimento das consequências dessa medida do governo Mauro Mendes. Para isso, os gestores públicos, prefeitos, vereadores, diretores de escolas, precisam tomar ciência de como as redes municipais serão gravemente afetadas com esse novo desenho do ensino fundamental.

2 **O SEGUNDO PASSO**, é que os prefeitos não se submetam à essa determinação que vai contra o que preconiza a própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), onde diz que o ente federativo deve contribuir na oferta de matrículas, proporcionalmente ao seu aporte financeiro, sendo assim, quem fica com a maior fatia dos impostos, precisa ofertar mais vagas.

Decreto Legislativo nº 013/2020 pede a derrubada do **Redimensionamento**

Tramita na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o decreto legislativo nº 013/2020, que tem como objetivo sustar os efeitos do redimensionamento (decreto 723/2020) de Mauro Mendes. O decreto apresentado em 2020, durante exercício do mandato do suplente de deputado e dirigente do Sintep/MT, Henrique Lopes, ainda não foi votado pelos parlamentares. O decreto legislativo 013/2020 é a única forma de evitar o sucateamento da educação pública nos municípios.

SINTEP-MT

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**

Livre, democrático e de luta!

sintepmtoficial sintepmt tvsintep sintep.deluta www.sintep.org.br